

IMPACTOS AMBIENTAIS URBANOS: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA BARRA DA TIJUCA,
NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO | Gabriela da Costa Silva

Arquiteta e urbanista
Mestre em Urbanismo, doutoranda em Planejamento e
Gestão Ambiental – UFRJ
arq.gcsilva@ig.com.br.

IMPACTOS AMBIENTAIS URBANOS: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA BARRA DA TIJUCA, NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

INTRODUÇÃO

O processo de estruturação das cidades, comumente impulsionado por objetivos econômicos em busca da maximização da rentabilidade mediante a valorização do preço da terra, tende a provocar diversos impasses no que concerne à manutenção da qualidade do meio ambiente urbano. No caso da cidade do Rio de Janeiro, a expansão tem se direcionado sobretudo para a Baixada de Jacarepaguá, na qual se destaca a Região da Barra da Tijuca (XXIV Região Administrativa) como exemplo desse processo. Se, por um lado, o poder público, apesar da incapacidade em atender às diversas demandas sociais, torna-se o principal agente na produção do espaço urbano, por meio de planos e intervenções urbanas, concentrando e investindo nas funções urbanas mais essenciais; por outro, o capital privado, cujas ações buscam notadamente a rentabilidade, utiliza o planejamento urbano, nesse caso o Plano Piloto de Lúcio Costa (1969) e suas posteriores modificações, para atender aos interesses das grandes empresas imobiliárias.

Na Região da Barra da Tijuca, pertencente à AP-4 (Área de Planejamento 4) do município do Rio de Janeiro, a Barra da Tijuca é o principal bairro, sendo um dos que apresentam maior índice de crescimento da cidade (Figura 1). Segundo dados do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP, 2001c), a população do bairro cresceu quase o seu triplo entre 1980 e 2000. Entretanto, o mesmo desenvolvimento não ocorre quando se verificam os projetos de implantação de infra-estrutura de sanea-



Figura 1 – Região da Barra da Tijuca no Município do Rio de Janeiro.
Fonte: Modificado de IPP – Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2004.

mento ambiental, sobretudo no que concerne ao esgotamento sanitário, contribuindo para a degradação ambiental dos corpos d'água da região. Insere-se na AP-4 o Complexo Lagunar da Baixada de Jacarepaguá,¹ onde se destacam a Lagoa da Tijuca e a Lagoa de Camorim, escolhidas como estudo de caso, principalmente, em razão da deterioração da qualidade das águas, do assoreamento e da eutrofização, decorrente do lançamento de esgoto sem tratamento preliminar. Portanto, torna-se essencial uma análise dos impactos ambientais na Região da Barra da Tijuca, na Baixada de Jacarepaguá, mais especificamente no entorno das lagoas da Tijuca e de Camorim, a partir dos parâmetros que vêm norteando o processo de ocupação urbana desde a década de 1970 (Figura 2).

EVOLUÇÃO URBANA DA BARRA DA TIJUCA

A Região da Barra da Tijuca teve crescimento urbano recente.² Desde a década de 1970, a região que era habitacional rural vem sofrendo constante desenvolvimento urbano, em razão tanto da expansão imobiliária destinada às classes de média e alta renda quanto do crescimento das favelas, onde reside a população de baixa renda. Conforme a Tabela 1, no período entre 1960 e 2000, a população da Barra da Tijuca cresceu 38,35 vezes mais que a do município, e 21,91 vezes mais que a de Jacarepaguá (XVI RA). De fato, a expansão urbana na Barra da Tijuca possibilitou a densificação populacional, principalmente nos últimos vinte anos, quando a taxa de crescimento da densidade da população na região representou 3,69 vezes a do município. É importante, outrossim, observar que essa expansão da malha urbana decorre do crescimento de áreas residenciais graças à implantação de grandes condomínios fechados com edifícios de apartamentos: 85% dos imóveis são residenciais, dos quais 68,5% são apartamentos (IPP, 2001b).



Figura 2 – Foto aérea da área de estudo.

Fonte: Modificado de IPP - Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 1999.

TABELA 1 – População residente no município do Rio de Janeiro, segundo regiões administrativas

LOCAL	1960	1970	1980	1990	1996	2000	TAXA DE CRESCIMENTO
Rio de Janeiro	3.307.163	4.251.618	5.090.700	5.480.778	5.551.538	5.857.904	1,77
Jacarepaguá	164.092	235.238	315.623	428.073	446.360	469.682	2,86
Barra da Tijuca	2.580	5.779	40.726	98.229	129.632	174.353	67,57

Fonte: IPP (2001c).

Na Barra da Tijuca, igualmente a demais regiões da cidade do Rio de Janeiro, a malha formal cresce enquanto surgem as áreas residenciais informais (Tabela 2). O rápido crescimento da região ocorreu na década de 1990, tanto em áreas regulares quanto irregulares, mais precisamente nas favelas. Entre 1991 e 2000, as áreas regulares cresceram anualmente 1,7% em Jacarepaguá e 6% na Barra da Tijuca, enquanto o crescimento anual das favelas foi de 7,5% em Jacarepaguá e 10% na Barra da Tijuca (IPP, 2001a). Assim, nesse período, para cada cem novos moradores da cidade formal surgiram 86 moradores em favela. Entre 1991 e 2000, o crescimento da população residente em favelas na Barra da Tijuca foi o maior na AP-4 (IPP, 2001a).

O expressivo processo de ocupação da Barra da Tijuca pode ser explicado a partir de alguns fatores condicionantes. Primeiro, o fato de a promoção imobiliária oferecer a região como uma “nova Zona Sul”, pela contigüidade com a Zona Sul da cidade e pelo contato com a natureza, sendo um dos mais belos complexos naturais do Rio de Janeiro, bem como uma área com o sentido de habitação exclusiva às camadas de média e alta renda. Segundo, pela forte concentração das terras nas mãos de apenas quatro grandes proprietários, o processo de ocupação urbana foi acelerado. Terceiro, nas décadas de 1970 e 1980, os investimentos do governo federal, por meio dos recursos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), beneficiou o processo de produção das grandes incorporadoras imo-

TABELA 2 – Evolução das favelas na Região da Barra da Tijuca

PERÍODO	Nº FAVELAS	POPULAÇÃO	ÁREA (m ²)
1931-1940	2	2.202	60.040
1941-1950	1	265	17.800
1951-1960	9	3.465	199.719
1961-1970	0	0	0
1971-1980	5	3.754	165.720
1981-1990	5	1.834	112.146
1991-1995	1	673	73.000
TOTAL	23	12.193	628.425

Fonte: Modificado de IPLANRIO ACOABR (1993).

biliárias na região. Quarto, os maciços investimentos públicos em obras de infra-estrutura viária facilitaram o acesso ao bairro (Leitão, 1995). Além disso, houve a implantação de infra-estrutura de distribuição de energia elétrica, abastecimento de água e de gás (Gonçalves, 1999).³ Apesar disso, a solução encontrada para o esgotamento sanitário foi a construção de estações de tratamento de esgotos nos condomínios, cujas maiorias, todavia, funcionam precariamente ou não funcionam (Santiago, 2004).

Os investimentos em infra-estrutura urbana na Barra da Tijuca foram balizados pelo Plano Piloto do arquiteto e urbanista Lúcio Costa (1969), cuja proposta era elaborar o ordenamento do uso do solo, segundo uma visão global que articulava o novo centro de negócios da Barra da Tijuca ao centro histórico do Centro e ao novo centro de Santa Cruz,⁴ ligando a cidade de leste a oeste. Desse modo, a região surgia como futuro *core* da cidade, ou seja, um Centro Metropolitano de convergência e irradiação reestruturando o espaço da cidade (Cardoso, 1989). De fato, a rápida ocupação urbana da região provocou tanto o surgimento de aterros indiscriminados como a ocupação regular e irregular das margens de rios e lagoas. Essa dinâmica contraditória vem ocorrendo sem que a região disponha de infra-estruturas de saneamento para a coleta e o tratamento dos esgotos, contribuindo assim para a degradação ambiental dos corpos hídricos da região, notadamente, das lagoas da Tijuca e de Camorim.

IMPACTOS AMBIENTAIS URBANOS NA ÁREA DE ESTUDO

Os impactos ambientais encontrados na área de estudo refletem a forma predatória de expansão urbana que vem sendo implantada na Região da Barra da Tijuca. Para a avaliação de impactos ambientais (AIA), poder-se-iam empregar, apenas, as categorias estabelecidas pela Resolução Conama n.001/86 que, contudo, se mostram incompletas quanto ao entendimento das relações de causa e efeito entre os aspectos físicos, biológicos, químicos, sociais, políticos e culturais do ambiente urbano (Conama, 1986). Por isso, para a presente análise, optou-se pela conjunção entre a metodologia de listagem, ou seja, *check-list*, as categorias de impactos estabelecidos pela Resolução Conama n.001/86 e a meto-

dologia proposta por Coelho (2001), que busca o entendimento da interação entre os processos biofísicos, político-econômicos e socioculturais, que configuram o conceito de impacto ambiental.

Segundo a autora, os impactos ambientais urbanos devem ser analisados como mudanças de relações ecológicas e sociais, que se referem a um estágio de um processo de transformação contínuo. Desse modo, a problemática dos impactos ambientais urbanos deve ser encarada de uma perspectiva de metamorfose entre o fato natural e o fato político e social. Se as relações entre natureza e sociedade pressupõem mutabilidade constante, isso significa que, provavelmente, “o impacto ambiental é, ao mesmo tempo, produto e produtor de novos impactos”, pois tanto sofre a ação das atividades humanas quanto se transforma, instaurando assim uma nova relação entre o natural e o social, onde “o ambiente é passivo e ativo” (Coelho, 2001, p.23).

Conforme a autora, no entanto, no estudo dos impactos ambientais há que se analisar o tema sob dois aspectos. Primeiro, as questões ambientais são resultado da associação de forças políticas e sociais, que freqüentemente priorizam os interesses das classes dominantes. Segundo, a classificação usual de positivos e negativos deve ser relativizada em razão do grupo social referente, pois o que é positivo para um grupo social pode ser negativo para outro, e vice-versa. Comumente, se, por um lado, esses impactos ambientais, resultados de atividades econômicas, afetarão mais intensamente os grupos sociais menos favorecidos, que impossibilitados de ocupar áreas ambientalmente mais seguras, permanecerão em áreas de risco ambiental; por outro, esses impactos também promoverão inúmeras transformações tanto na natureza e na sociedade quanto nas suas inter-relações (Coelho, 2001).

Enfim, a análise dos diversos fatores que influem no espaço urbano da Baixada de Jacarepaguá, mais especificamente no entorno da Lagoa da Tijuca e da Lagoa de Camorim, quanto à qualidade das águas, pode ser observada segundo a Tabela 3.

Note-se que os impactos ambientais encontrados na área de estudo se correlacionam, direta ou indiretamente, com a explosão demográfica da Região da Barra da Tijuca a partir da década de 1970, mais especialmente da década de 1980, quando então tanto havia melhorado a acessibilidade à região, pela implantação de vias expressas e a pavimentação de vias locais. Esses fatores são responsáveis por alguns impactos ambientais, tais como a alteração da paisagem, a modificação do uso do solo, o incremento econômico de atividades comerciais e de serviço, entre outros. Outrossim, associam-se à falta de infra-estrutura de saneamento ambiental, notadamente quanto ao tratamento e ao destino final dos efluentes domésticos, tornando inevitável o surgimento de problemas ambientais, como diminuição do espelho d'água das lagoas, poluição e eutrofização dos corpos hídricos, e assoreamento das lagoas. Igualmente, esses impactos combinados à predatória especulação imobiliária, que freqüentemente utiliza aterros ilegais e indiscriminados, promovem a destruição de vegetação de manguezal e a redução das faixas marginais das lagoas.

TABELA 3 – *Check-list* dos impactos ambientais urbanos encontrados

FATORES CORRESPONDENTES AO IMPACTO BIOGEOFÍSICO	FATORES CORRESPONDENTES AO IMPACTO SOCIOECONÔMICO
Fatores físicos	Território
Temperatura	Uso inadequado dos recursos naturais
Turbidez	Alteração do uso do solo urbano
Sólidos	Densificação demográfica
Cor	Paisagem
Odor	Alteração da paisagem urbana
Fatores químicos	Alteração de sistemas naturais
Oxigênio dissolvido (OD)	Fatores socioeconômicos
Demanda química de oxigênio (DQO)	Alteração da qualidade de vida
pH	Incremento econômico de atividades comerciais, industriais e de serviços
Nitrogênio	
Fósforo	Construção de moradias
Metais pesados	Implantação de infra-estrutura de transportes
Fatores biológicos	Implantação de infra-estrutura sanitária
Demanda bioquímica de oxigênio (DBO)	Implantação de serviços públicos
Coliformes	Implantação de equipamentos urbanos
Fauna	
Flora	

Fonte: Modificado de Magrini (1990); Mota (1999).

A esse despeito, note-se que a lâmina d'água da Lagoa de Camorim vem sendo reduzida, bem como sua profundidade, sofrendo, portanto, um processo de assoreamento (Figura 3). De acordo com Hough (2000), a taxa média de sedimentação natural deve ser de um milímetro (1 mm) ao ano. Contudo, considerando-se que, em algumas áreas da lagoa a profundidade média de dois metros (200 cm), até 1980, reduziu para 10 cm em 2000 (Portella, 2001), é evidente que a sedimentação nessa lagoa, que é dez vezes maior que o recomendado, não é natural. Isso ocorre, principalmente, pelo lançamento de esgoto sem tratamento preliminar que contribui para acelerar o processo de eutrofização

FOTO: PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO



Figura 3 – Assoreamento da Lagoa da Tijuca. Fonte: Modificado de IPP, 2003.

natural da lagoa, levando ao estado de hipertrofização. Outrossim, a maior parte do espelho d'água da Lagoa da Tijuca atinge profundidade inferior a um metro (1 m), sendo a mínima de 0,30 m e a máxima de 12,7 m (CREA-RJ, 2000). Assim, a poluição hídrica, que leva à eutrofização e ao assoreamento, e o desmatamento das faixas marginais das lagoas da Tijuca e de Camorim contribuem para a diminuição do espelho d'água. Segundo Zee (2002), de 1975 a 1993 houve a redução de 4% do espelho d'água (m²) na Lagoa da Tijuca, incluindo Saco e Saquinho.

Conforme a Resolução Conama n.001/86 e a Deliberação Ceca n.1078/87 (RJ), as categorias de impactos estabelecidos são: positivos e negativos, diretos e indiretos, imediatos e a médio e a longo prazos, temporários e permanentes. No que concerne à análise dos impactos ambientais existentes na Lagoa da Tijuca e na Lagoa de Camorim, de acordo com as categorias supracitadas, destacam-se as seguintes formas (Tabela 4):

TABELA 4 – Classificação dos impactos ambientais urbanos encontrados

IMPACTOS	CONCEITO
Negativo ou adverso	A ação antrópica prejudica a qualidade de fator ou parâmetro ambiental.
Direto	O impacto resulta de uma simples relação de causa e efeito.
Médio e longo prazos	O impacto se manifesta por certo tempo após a ação.
Permanente	Seus efeitos não cessam imediatamente após o término da ação antrópica.
Local	A ação afeta apenas o próprio sítio e suas imediações.

Fonte: Modificado de Deliberação Ceca n.1078/87 (RJ).

Visando, portanto, à avaliação dos impactos ambientais na área de estudo, de acordo com a metodologia proposta por Coelho (2001), faz-se necessário compreender os diversos aspectos multidimensionais na origem dessa problemática. Primeiro, a transformação do espaço urbano da Barra da Tijuca deve-se ao interesse dos proprietários de terras em converter a terra rural em urbana a fim de agregar valor a essa. Assim, os proprietários fundiários, interessados no seu valor de troca, pressionam o Estado, em especial o poder público municipal, com o objetivo de se beneficiar do processo de regulação do uso do solo e do zoneamento urbano (Corrêa, 2002). Entretanto, o incremento do valor da terra urbana depende de alguns fatores, dos quais se destacam dois na área de estudo: a infra-estrutura urbana e o atrativo físico do local.

No caso da Barra da Tijuca, especificamente, se anteriormente suas terras rurais se mostravam como periferia urbana, é graças à redução de terrenos solváveis na Zona Sul da cidade que tanto os proprietários de terras quanto os promotores imobiliários exploram seus atributos físicos – o mar, as lagoas, o verde, as montanhas etc. – por meio de *marketing* imobiliário estrategicamente voltado para as classes mais abastadas, com o firme propósito de transformar a antiga periferia urbana em região de bairros seletivos. Igualmente, a conversão da Barra da Tijuca em região de *status* dependeu de investimentos

em infra-estrutura urbana por parte do Estado. Por isso, a partir da década de 1960, observam-se inúmeras intervenções urbanas, principalmente no que concerne à implantação e ao calçamento de vias, à iluminação pública, à coleta de lixo, ao abastecimento de água e à provisão de energia elétrica e gás, ainda que em detrimento da implantação de sistema de esgoto sanitário, solução afastada por parte do poder público em razão de seu elevado custo.

Note-se que, apenas em 2001, o governo do Estado inicia o Programa de Despoluição e Saneamento Básico da Baixada de Jacarepaguá, visando à construção de uma estação de tratamento de esgoto, que seria ligada ao emissário submarino, bem como à implantação de 286 quilômetros de redes de esgoto em sessenta mil residências e mais onze elevatórias (Edital, 2000). Contudo, o programa teve as obras interrompidas e adiadas várias vezes, ora por falta de condições climáticas favoráveis ora por causa de dívidas com construtoras, e o principal problema assenta-se na proposta de não tratar a região como um todo, visto que o programa atende apenas a população do bairro da Barra da Tijuca e de parte de Jacarepaguá (Santiago, 2004). É importante, todavia, entender que a eficiência do Estado na implantação de determinados serviços públicos se deve à relevância desses para o sucesso da atividade imobiliária na região, no que tange à viabilidade das ações das grandes incorporadoras imobiliárias. Assim, considerando-se que toda Baixada de Jacarepaguá possuía apenas quatro proprietários e que nela atuava, e ainda atua, um pequeno número de grandes incorporadores imobiliários, a implantação do sistema viário tornou-se o principal componente no processo de valorização da terra urbana, que se traduz nas elevadas taxas de crescimento demográfico da região (Leitão, 1995).

Se no caso da Região da Barra da Tijuca, entretanto, não houve previsão quanto à implantação desse último componente, ainda assim as empresas imobiliárias puderam optar ora pelas fossas sépticas ora pelas ETE compactas. Note-se que, segundo o engenheiro civil e sanitarista Alaôr Santiago (2004), pelo fato de, ainda hoje, a manutenção das referidas ETE ser custeada pelos condomínios, há ora precariedade ora inexistência desse serviço, contribuindo, assim, para o aumento da degradação dos corpos d'água da região. Portanto, nas últimas décadas, a falta de equipamento sanitário adequado não tem limitado a ação do capital imobiliário na região, o que contribui para o surgimento dos problemas ambientais, tais como a diminuição do espelho d'água das lagoas, a poluição e a eutrofização dos corpos hídricos, e o assoreamento das lagoas.

CONCLUSÃO

O processo de ocupação urbana da Baixada de Jacarepaguá, a partir da década de 1970, promoveu diversos impactos ambientais que afetaram, não uniformemente, os diferentes grupos sociais, responsáveis pela construção do lugar, e também afetaram o meio ambiente, mais especificamente os recursos hídricos. De fato, a rápida ocupação urbana

da região, impulsionada pelas grandes empresas imobiliárias, provocou o surgimento de inúmeros problemas ambientais, dos quais o principal é a poluição hídrica nas lagoas. A precariedade nos serviços de saneamento na Região da Barra da Tijuca levou à poluição dos corpos hídricos do Complexo Lagunar da Baixada de Jacarepaguá. Isso porque, dentre os componentes necessários à ocupação urbana, a adoção de um sistema em rede para a coleta, o destino final e o tratamento de esgotos revela que o tema do esgotamento sanitário perde a importância no momento da elaboração de políticas públicas de investimento na região.

Vê-se, portanto, que os parâmetros de intervenção urbana preconizavam e ainda preconizam, notadamente, a valorização do preço da terra, em benefício dos agentes imobiliários. Ou seja, as intervenções do Estado tendem a refletir o interesse dos grandes incorporadores imobiliários ainda que, para tanto, haja o solapamento da qualidade dos recursos hídricos na região. De fato, para minimizar os diversos impactos ambientais anteriormente identificados, é importante, sobretudo, entender o ecossistema urbano como conjunto de sistemas que se engendram formando uma malha invisível e indivisível. Nesse sentido, cabe à proposição um conjunto de ações que conjuntas viabilizarão, provavelmente, a melhoria da qualidade ambiental não apenas da Lagoa da Tijuca e da Lagoa do Camorim, mas principalmente de todo o Complexo Lagunar da Baixada de Jacarepaguá.

NOTAS

- 1 O Complexo Lagunar da Baixada de Jacarepaguá, formado pelas lagoas de Tijuca, Camorim, Jacarepaguá, Marapendi e Lagoinha, possui cerca de 300 km² de superfície, abrangendo os bairros pertencentes às regiões administrativas de Jacarepaguá (XVI RA) e Barra da Tijuca (XXIV RA) (Zee, 2002).
- 2 Fazem parte da XXIV RA os bairros: Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim, Joá, Itanhangá, e Grumari. Os bairros de Vargem Grande, Vargem Pequena e Camorim são áreas que ainda conservam alguns traços rurais. Já Prainha e Grumari são áreas preservadas de qualquer ocupação, quase virgens. O bairro da Barra da Tijuca ocupa 36 km², aproximadamente a quinta parte da área total da XXIV RA.
- 3 Entre 1980 e 1983, durante a gestão do governador Chagas Freitas, a Companhia Estadual de Água e Esgoto (Cedae) inaugurou a Adutora da Barra para atender à demanda crescente da região. Igualmente, a Companhia Estadual de Gás (CEG) implantou a canalização de gás (Gonçalves, 1999).
- 4 O novo centro de Santa Cruz constava no Plano Doxiadis, de 1963.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDOSO, A. L. Maneiras de pensar o urbanismo: questões teórico-metodológicas. In: Encontro da ANPUR. *Anais... Águas de São Pedro*: ANPUR, 1989. v.2, p.8-34.
- CECA. Comissão Estadual de Controle Ambiental. *Deliberação n.1078 de 25 de junho de 1987*. Rio de Janeiro: CECA, 1987.
- COELHO, M. C. N. Impactos ambientais em áreas urbanas – Teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Org.) *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. Cap.1, p.19-45.
- CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução Conama n.001, de 23 de janeiro de 1986. In: *Resoluções do Conama; 1984/86*. Brasília: SEMA, 1986. p.33-8.
- CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. Rio de Janeiro: Ática, 2002. 94p.
- CREA-RJ. Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura. *Carta Náutica do Sistema Lagunar Barra/Jacarepaguá*. Rio de Janeiro: CREA-RJ, 2000.
- EDITAL de “concessão pública para serviços de operação dos sistemas de abastecimento de água, de coleta e tratamento de esgoto na Baixada de Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes”. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2000. 74p.
- GONÇALVES, A. L. *Barra da Tijuca, o lugar*. Rio de Janeiro: Thex Biblioteca da Universidade Estácio de Sá, 1999. 167p.
- HOUGH, M. *Cities and Natural Process*. London: Routledge, 2000. 319p.
- IPLANRIO. Empresa Municipal de Informática SA; ACOABR, Assistência Comunitária aos Assentamentos de Baixa Renda do Município do Rio de Janeiro. *Cadastramento de Assentamentos de Baixa Renda*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ACOABR, 1993.
- IPP. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. *Domicílios, população residente em favelas (Setores Censitários – Aglomerados Subnormais) e densidade domiciliar, segundo as Áreas de Planejamento, Regiões Administrativas – 1991/1996/2000*. Rio de Janeiro: IPP, 2001a. (Armazém de Dados/ Características Demográficas).
- _____. *Imóveis residenciais, comerciais e indústrias, por tipologia e faixas de área construída, segundo as Áreas de Planejamento, Regiões Administrativas e Bairros - 2000*. Rio de Janeiro: IPP, 2001b (Armazém de Dados/ Ambiente Construído).
- _____. *População residente, área territorial e densidade demográfica, segundo as Áreas de Planejamento, Regiões Administrativas e Bairros – 1960/1996 e 2000*. Rio de Janeiro: IPP, 2001c. (Armazém de Dados/ Características Demográficas).
- LEITÃO, G. *A construção do eldorado urbano: o plano piloto da Barra da Tijuca, Baixada de Jacarepaguá 1970/1986*. Rio de Janeiro: UFF, 1995. 132p.
- MAGRINI, A. A avaliação de impactos ambientais. In: MARGULIS, S. *Meio ambiente: aspectos técnicos e econômicos*. Rio de Janeiro; Brasília, IPEA/PNUD, 1990. Cap.4, p.85-108.
- MOTA, S. *Urbanização e meio ambiente*. Rio de Janeiro: ABES, 1999. Cap.3, p.36-81.
- PORTELLA, L. Areia toma conta de lagoa na Barra. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º nov. 2001. Disponível em: <http://www.jbonline.terra.com.br/jb/papel/cidade>. Acesso em: 31 out. 2001.
- SANTIAGO, A. Comunicação pessoal. 2004.
- ZEE, D. M. W. *Diagnóstico do aporte de afluentes domésticos do Canal a Joatinga na Praia da Barra da Tijuca – Município do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2002. 167p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RESUMO

A análise do histórico de ocupação urbana da Baixada de Jacarepaguá, especialmente da Região da Barra da Tijuca, no município do Rio de Janeiro, revela que, a partir da década de 1970, a região tornou-se objeto de grandes investimentos do capital público e privado, alcançando importante crescimento econômico. Entretanto, a rápida ocupação urbana vem ocorrendo sem que a região disponha de infra-estruturas de saneamento para a coleta e o tratamento dos esgotos, contribuindo para o surgimento de problemas ambientais e conflitos socioambientais que emergem juntamente com impactos ambientais, nesse caso, impactos ambientais urbanos. Assim, é vital identificar os impactos ambientais na Região da Barra da Tijuca, especificamente no entorno das lagoas da Tijuca e de Camorim, no Complexo Lagunar da Baixada de Jacarepaguá, avaliando os parâmetros que vêm norteando o processo de ocupação urbana nas décadas de 1970/1980/1990.

PALAVRAS-CHAVE: impactos ambientais urbanos, saneamento ambiental, poluição hídrica, ocupação urbana.

ABSTRACT

The historic analysis of the urban occupation in Jacarepaguá Lowlands, especially in the Region of Barra da Tijuca, in Rio de Janeiro City, reveals that, since the 70's, the region has become object of huge public and private investments, achieving significant economic development. Nevertheless, its fast urbanization has been occurring regardless the absence of a region sewer system to collect and treat the domestic effluents, thus, contributing to emerge environmental problems and social-environmental conflicts that appear with environmental impacts, in this case, urban environmental impacts. Therefore, it is vital to identify the environmental impacts in the Region of Barra da Tijuca, especially in the surroundings of the Lagoons Tijuca and Camorim, in the Lagunar Complex of Jacarepaguá Lowlands, evaluating the parameters that have been guiding its urban occupation process in the 70's, 80's and 90's.

KEYWORDS: urban environmental impacts, environmental sewerage, water pollution, urban occupation.